O Problema da Desorçamentação em Moçambique

António Francisco

antonio.Francisco@iese.ac.mz

Pemba, 28 de Fevereiro 2019

CONTEÚDO

1. **ADVERTENÇÃO: postura e princípios da apresentação: um ano passou desde o artigo no Desafios 2018; muito tem acontecido**
2. **OBJECTIVO DA APRESENTAÇÃO: mostrar relação entre desorçamentação e casos como "dívidas fraudulentas", empresas públicas falidas, entre outros.**
3. **BALANÇO CONTEXTUAL: Duas tendências opostas**
4. **TRÊS CONCEITOS INTIMAMENTE LIGADOS: Orçamentação, Extra-orçamentação e Desorçamentação**
5. **O PARADOXO DO CONTROLO: desorçamentação, dividas fradulentas e destabilização das contas públicas**
6. **CONCLUSÃO: Que tipo de Consolidação Fiscal?**
7. **Referências seleccionadas – destacas na apresentação**
8. **Debate: questões motivadas pela apresentação**

28/02/2019 2

1. ADVERTÊNCIA sobre postura nesta apresentação

1) **Em vez de centrar as atenções no artigo do livro Desafios 2018, a apresentação irá destacar o seu contexto e novos avanços sobre o tema.**
2) **Será uma apresentação mais positiva e optimista do que muitos poderão esperar, se confundirem crítica com pessimismo e negativismo;**
3) **Procurar-se-á mostrar porque e como a investigação sobre a desorçamentação pode explicar, em parte, fenómenos como o DAS DÍVIDAS FRAUDULENTAS (já não são ocultas , nem ilegais, nem mesmo odiosas, como alguns declaram). Na verdade, defende-se aqui que a revelação em 2016 das Dívidas Ocultas foi das melhores coisas que aconteceram a Moçambique nos últimos anos.**
4) **Para quem esteja surpreendido com o argumento, vale a pena adiantar que o espírito da apresentação não é sarcástico, nem cínico. Oe será dito é com o maior sentido de franqueza e honestidade intelectual e moral.**

2. OBJECTIVO E QUESTÃO PRINCIPAIL

CONSIDERANDO O OBJECTIVO DA APRESENTAÇÃO

Mostrar a relação entre desorçamentação e casos como o das dívidas "Chang e Cia", empresas públicas falidas, entre outros.

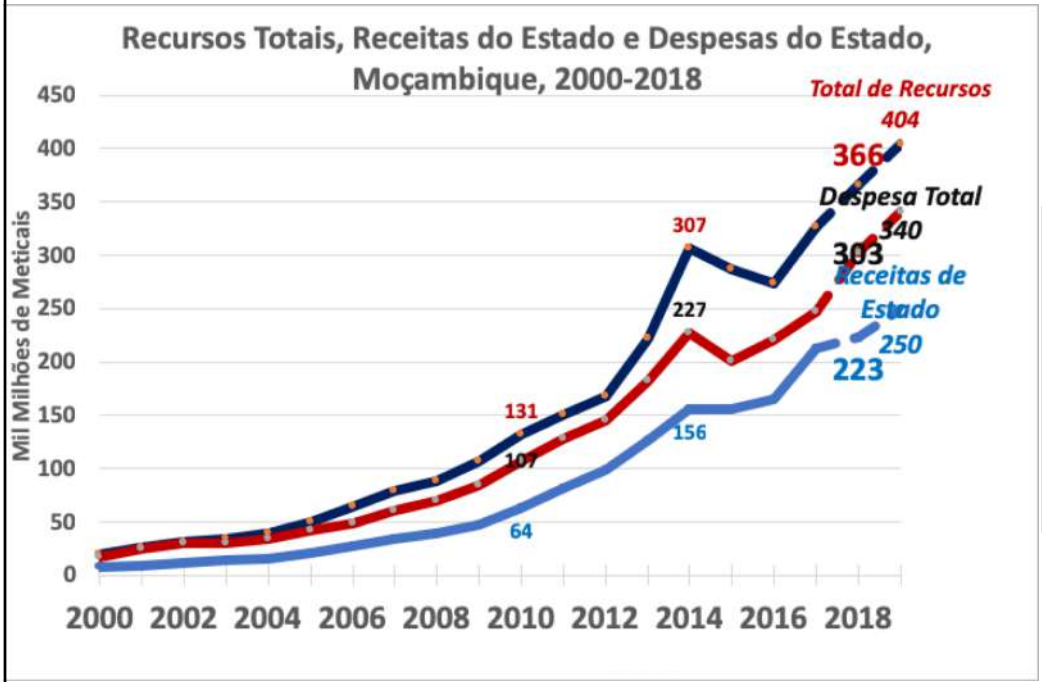
↓

QUESTÃO PRINCIPAL

Porque as DÍVIDAS FRADULENTAS foram o melhor trambolhão que podia ter acontecido a Moçambique?

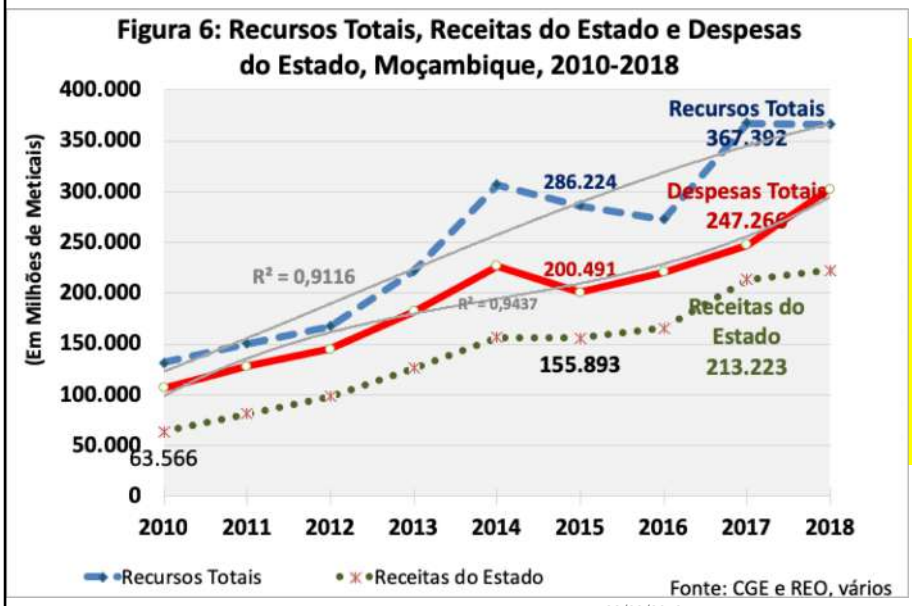
BALANÇO CONTEXTUAL: DUAS TENDÊNCIAS OPOSTAS

FORTALECIMENTO DO ESTADO	FRAGILIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
• Receitas aumentam (Fig. 1) • Impostos crescem (Fig. 2) • Despesas públicas expandem (Fig 1) • Corrupção aumentou (Fig 3) • Salários públicos em % do PIB dos maiores do mundo	



Nenhuma legislatura mobilizou tantos recursos públicos como a actual.

Nunca antes de Nyusi os cofres estiveram tão cheios!

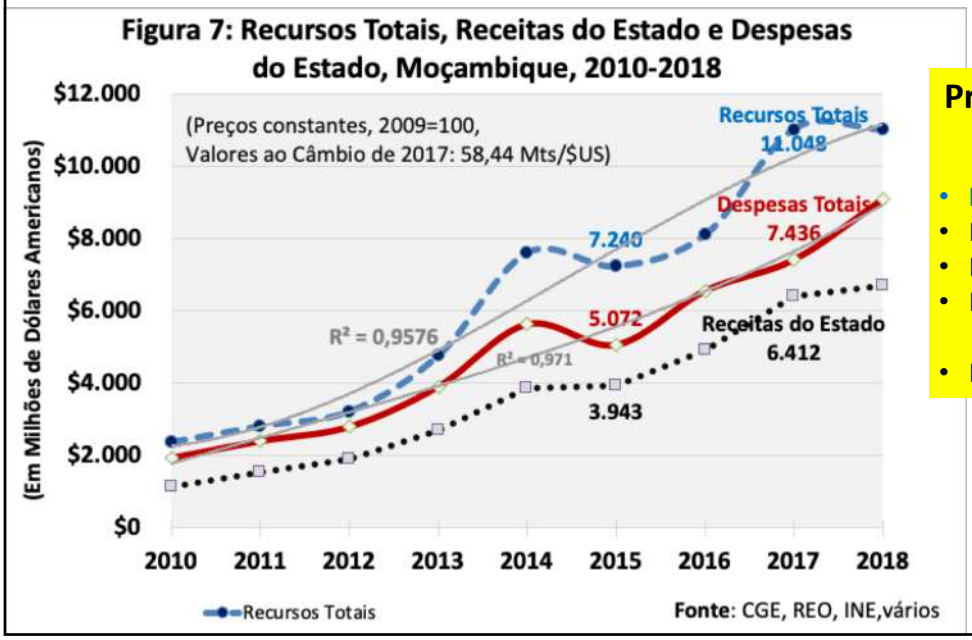


Proposta do OE 2019
(em 10^9 MTs)

PIB previsão 1,021

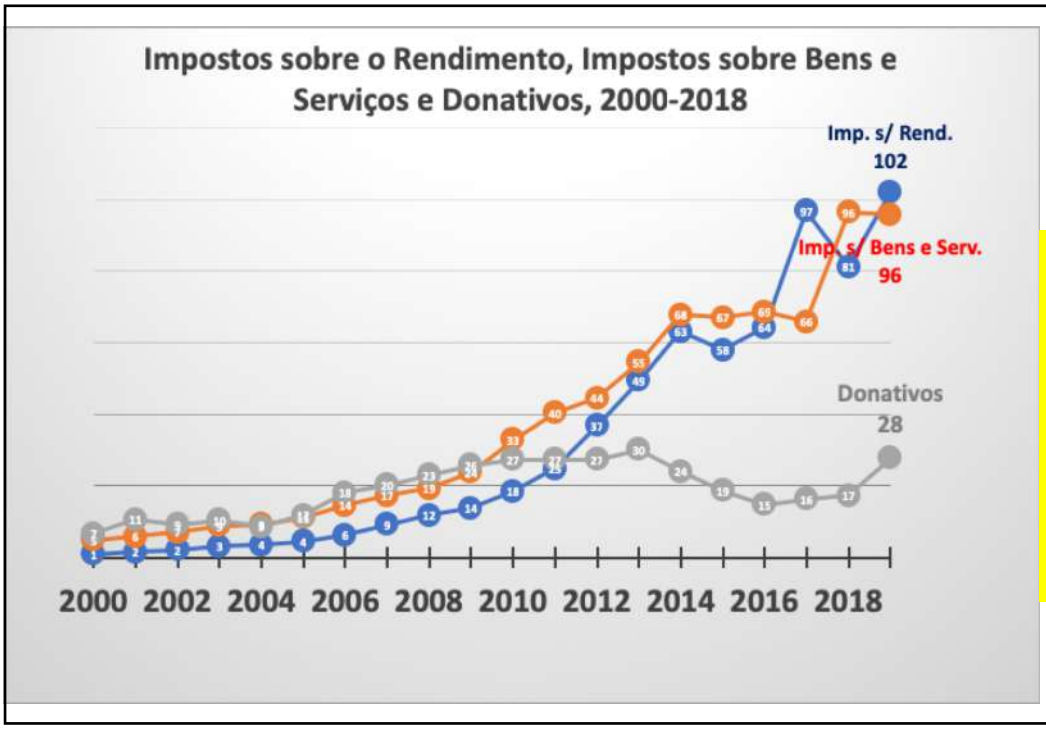
Recursos Totais:	404
Receitas Totais:	250
Despesas Totais:	340
Défice antes don:	-91 (9%)
Défice após don:	-31 (3%)

Nunca antes de Nyusi os cofres estiveram tão cheios!



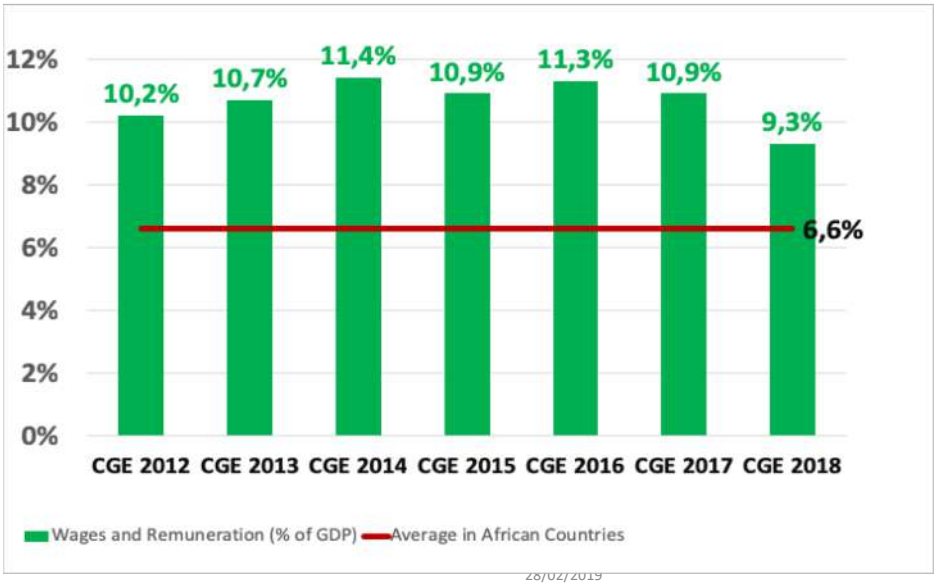
Proposta do OE 2019
(em 10^9 US$)

- **PIB previsão 16,5**
- Recursos Totais: 11,4
- Receitas Totais: 7,1
- Despesas Totais: 9,6
- Défice antes don: -2,6



Receitas de impostos sempre cresceram e compensaram largamente a quebra dos donativos.

9



Peso da carga salarial pública em percentagem do PIB muito acima da média em África.

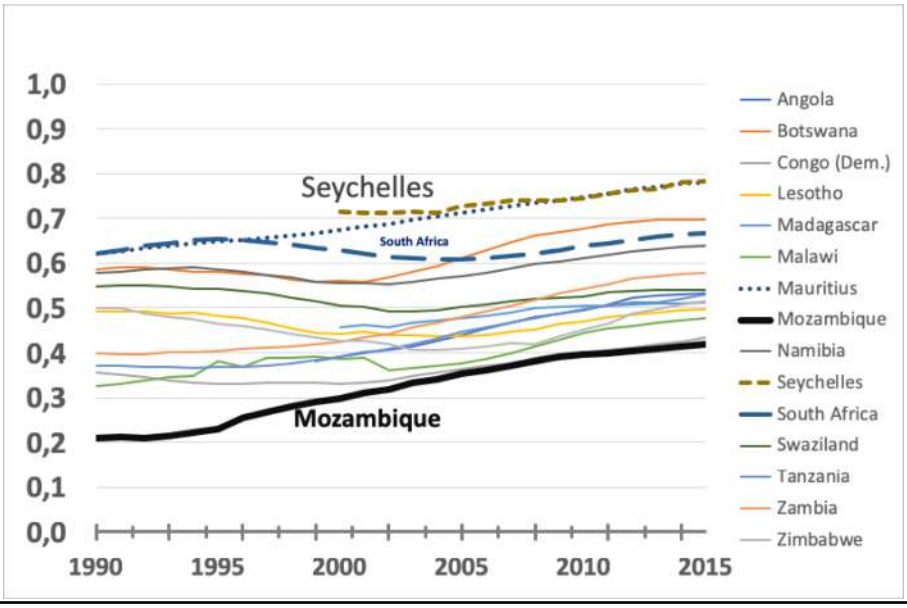
28/02/2019

10

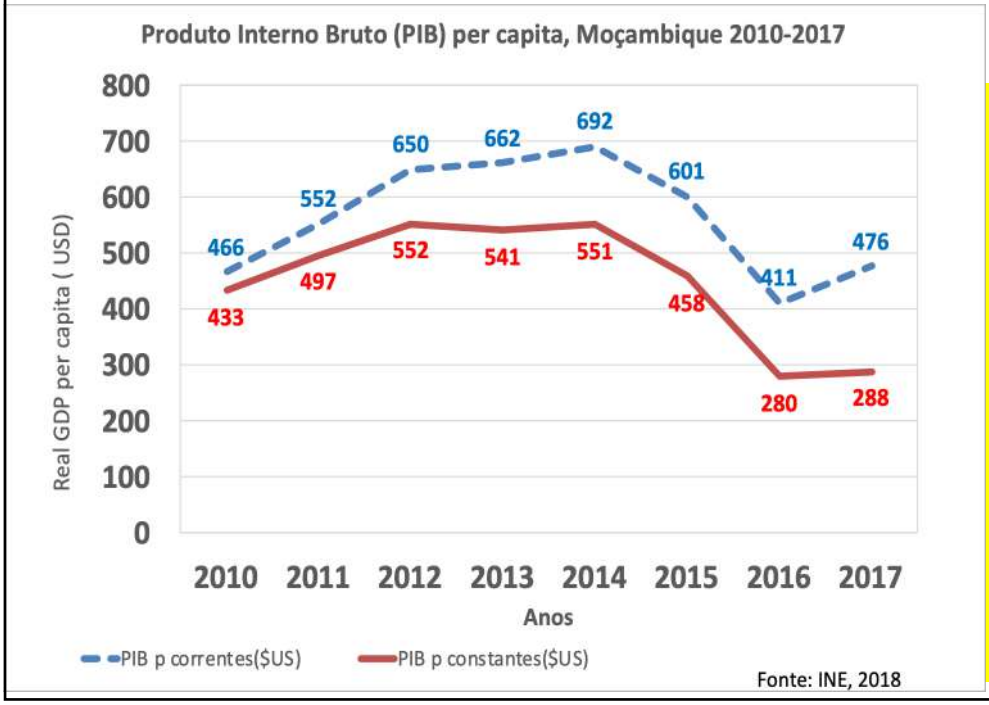
BALANÇO: TENDÊNCIAS OPOSTAS

FORTALECIMENTO DO ESTADO	FRAGILIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
	• **DH dos piores no mundo e p pior na SADC** • **Crescimento do PIB regrediu recentemente** • **Liberdade económica piorou para reprimido** • **Confiança externa dos credores faliu** • **Estado eleito um "Estado Autoritário" pela *The Economist*** • **Dezenas de execuções sumárias e repressão frequente**

Índice de Desenvolvimento Humano nos Países da SADC, 1990-2015

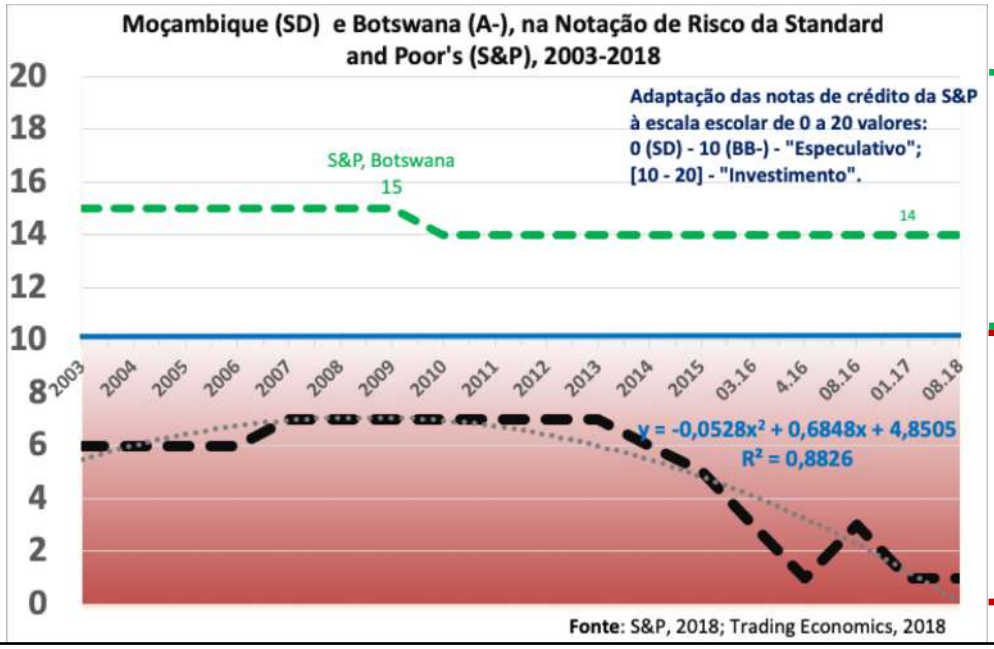


IDH tem melhorado, no ultimo ¼ de século, mas Moçambique continua o último entre os países da SADC



PIB real per capita quebrou desde 2014, para o nível no início do corrente século. Continua a mostrar dificuldades de recuperação, restando a esperança que o gás natural o salve.

Entre a "Falência selectiva" e a "elevada especulação "

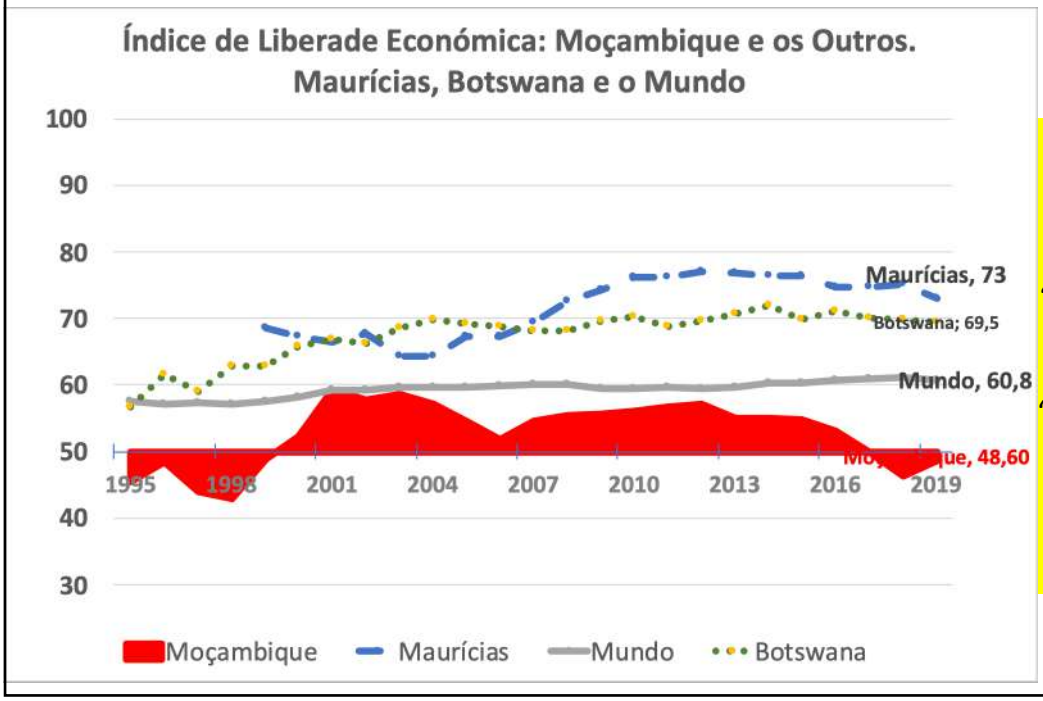


Grau de Investimento

Moçambique sempre esteve no "junk bond" - "especulativo" ("lixo")

Grau de Especulação

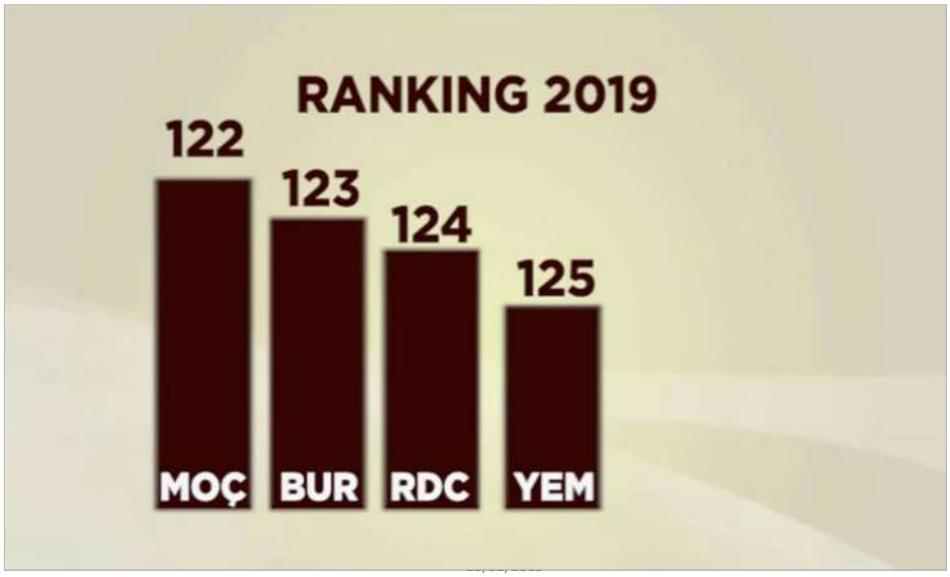
14



Liberdade Económica em Moçambique regrediu de "maioritariamente controlado" para o nível "Reprimido" que tinha sido superado no final do século XX

15

Moçambique dos piores países a atrair, captar e reter trabalhadores qualificados



16

BALANÇO: TENDÊNCIAS OPOSTAS

FORTALECIMENTO DO ESTADO

- **Receitas aumentam (Fig. 1)**
- **Impostos crescem (Fig. 2)**
- **Despesas públicas expandem (Fig 1)**
- **Corrupção aumentou (Fig 3)**
- **Salários públicos em % do PIB dos maiores do mundo**

FRAGILIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

- **DH dos piores no mundo e p pior na SADC**
- **Crescimento do PIB regrediu recentemente**
- **Liberdade económica piorou para reprimido**
- **Confiança externa dos credores faliu**
- **Estado eleito um "Estado Autoritário" pela *The Economist***
- **Dezenas de execuções sumárias e repressão frequente**

Perante o balanço anterior a pergunta que emerge: crescimento ou abastardamento económico?

28/02/2019 17

Orçamentação, Extra-orçamentação e Desorçamentação?

Estrutura da Administração Pública (AP) e Conta Geral do Estado (CGE) – Orçamentação, Extra-orçamentação e Desorçamentação

É o processo pelo qual parte das despesas e receitas que antes eram objecto de revelação e monitoria orçamental passam para a esfera de entidades fora do âmbito das Administrações Públicas, não ficando, por isso sujeitas ao controlo financeiro da execução do OE.

18

Tipos de Desorçamentação

Este fenómeno manifesta-se em pelo menos cinco das seguintes situações:

1) **Criação de organismos regidos pelo regime de autonomia administrativa e financeira sem que para tal reúnam os requisitos exigidos por lei;**
2) **Criação de sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos (Sector Empresarial do Estado);**
3) **Criação de entidades regidas pelo direito privado, como sejam fundações, fundos, institutos, entre outras, que do ponto de vista financeiro e fiscal são equiparadas a entidades do sector público administrativo;**
4) **Transferência de avultados recursos orçamentais para fora do perímetro do OE, alegadamente para financiar Outras Instituições do Estado, mas na prática, para "escapar" ou ludibriar os princípios de prudente gestão macroeconómica e boa regulação da economia e da concorrência;**
5) **As consequências da espécie de diarquia funcional (ou dualidade de gestão dos recursos) decorrente da opção dos doadores por procedimentos extra-orçamentais (off-budget).**

Princípios consagrados na lei orgânica orçamental (SISTAFE):

- Anualidade
- Unidade
- Universalidade
- Não compensação
- Não consignação
- Especificação
- Equilíbrio (das receitas e despesas)
- Publicidade.

Esta apresentação centra-se apenas na desorçamentação dos Saldos de Caixa reportados na Conta Geral do Estado (CGE)

71,5 mil milhões MTs

≃

2,3 mil milhões $US

Mapa I

CONTA GERAL DO ESTADO NO ANO DE 2015

MAPA GLOBAL DE RECEITAS, DESPESAS E FINANCIAMENTO DO ESTADO

(Em Mil Meticais)

DÉBITO			CRÉDITO			
SALDOS DE CAIXA DO ANO ANTERIOR			**SALDOS DE CAIXA P/ O ANO SEGUINTE**			
Conta Única do Tesouro	10.634.970		Conta Única do Tesouro		10.827.994	
Recebedorias	6.867.213		Recebedorias		7.390.151	
Outras Contas do Tesouro a/	7.230.355		Outras Contas do Tesouro a/		11.786.828	
Outras Contas do Estado b/	46.789.351	71.521.889	Outras Contas do Estado b/		16.433.027	46.438.000
RECEITAS DO ESTADO			**DESPESAS DE FUNCIONAMENTO**			117.835.943
Receitas Fiscais	129.657.101					
Receitas Não Fiscais	5.784.648		**DESPESAS DE INVESTIMENTO**			
Receitas Proprias	6.196.838		Financiamento Interno		42.677.433	
Receitas Consignadas	11.157.787		Donativos Externos	10.462.442		
Receitas de Capital	3.096.601	155.892.975	Empréstimos Externos	10.937.909	21.400.351	64.077.784
RECURSOS EXTERNOS			**OPERAÇÕES FINANCEIRAS**			
Donativos			Operações Activas			
Para Projectos e Acordos de Retrocessão	11.109.871		Capital Social de Empresas	609.899		
Contravalores Não Consignados	7.567.519	18.677.390	Acordos de Retrocessão	2.912.799		
Empréstimos			Outras	206.978	3.729.676	
Para Projectos e Acordos de Retrocessão	26.165.722		Operações Passivas			
Contravalores Não Consignados	4.833.931	30.999.653	Amortização da Dívida Interna	7.817.949		
EMPRÉSTIMOS INTERNOS			Amortização da Dívida Externa	7.029.425	14.847.374	18.577.050
Obrigações do Tesouro	9.132.264		**OUTRAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO c/**			
Outros Bancos e Instituições Financeiras		9.132.264	Receitas (-)/Despesas (+)			39.295.393
TOTAL		286.224.170	TOTAL			286.224.170

a/- Contas de financiamento externo, pagamento da dívida externa, alívio da dívida, fundo de pensões e outras contas tituladas pelo Tesouro.
b/- Contas tituladas por Outras Instituições do Estado.
c/- Outras instituições do Estado (Institutos, Fundos, Autarquias, etc.), não cobertas pelo O

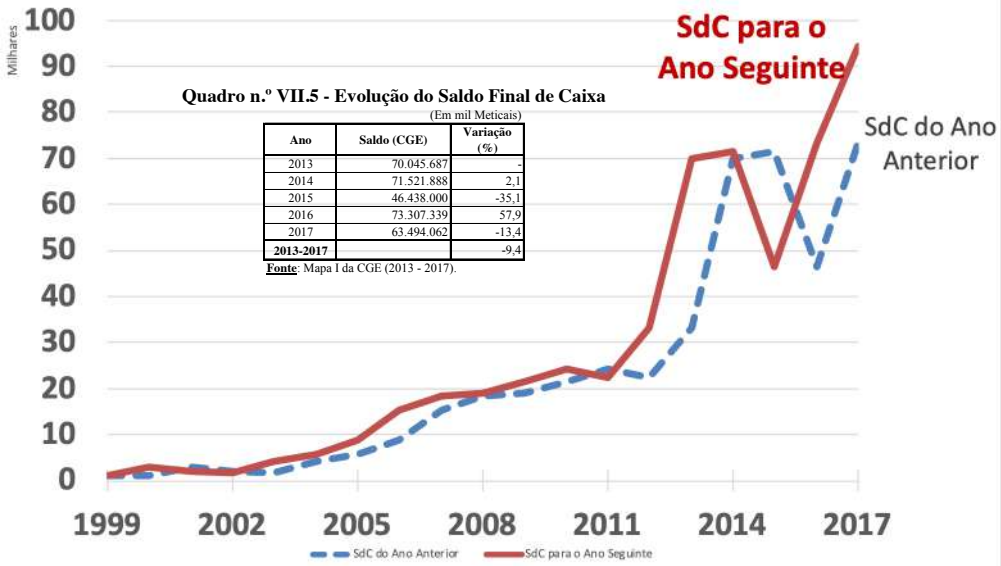
39,2 mil milhões MTs

≃

1,3 mil milhões $US

Onde foram gastos? Nem o Tribunal Administrativo conseguiu explicar!!!

Saldo de Caixa Transitado, Para o Ano Seguinte e Do Ano Anterior: Porque não coincidem?



Quadro n.º VII.5 - Evolução do Saldo Final de Caixa

(Em mil Meticais)

Ano	Saldo (CGE)	Variação (%)
2013	70.045.687	-
2014	71.521.888	2,1
2015	46.438.000	-35,1
2016	73.307.339	57,9
2017	63.494.062	-13,4
2013-2017		-9,4

Fonte: Mapa I da CGE (2013 - 2017).

Inconsistências dos saldos de caixa transitado no fim de um ano e recebido no ano seguinte.

Inconsistências não explicadas e nem documentadas nas auditorias do TA

Desorçamentação dos Saldos de Caixa

		2008	(em 1000 Meticais)		
SALDOS DE CAIXA DO ANO ANTERIOR			**SALDOS DE CAIXA P/ O ANO SEGUINTE**		
Conta Única do Tesouro	4,195,992	2,186,529	Conta Única do Tesouro	6,705,798	
Recebedorias	3,118,423	-540,374	Recebedorias	8,362,892	
Outras Contas do Tesouro	6,292,003	-2,866,243	Outras Contas do Tesouro	6,389,120	
Outras Contas do Estado	7,990,584	2,258,572	Outras Contas do Estado	2,873,326	
		21,597,002			**24,331,136**
		3,334,574			
		2009	(em 1000 Meticais)		
SALDOS DE CAIXA DO ANO ANTERIOR			**SALDOS DE CAIXA P/ O ANO SEGUINTE**		
Conta Única do Tesouro	2,808,095	-3,897,703	Conta Única do Tesouro	4,195,992	
Recebedorias	2,992,562	5,370,330	Recebedorias	3,118,423	
Outras Contas do Tesouro	4,141,718	2,247,402	Outras Contas do Tesouro	6,292,003	
Outras Contas do Estado	9,093,184	-6,219,858	Outras Contas do Estado	7,990,584	
		19,035,559			**21,597,002**
		-5,295,577			

CUT e OCE Reduzem no ano ano seguinte, porquê?

2009 começa com menos 5 mil milhões, correspondente a cerca de 180 milhões de $US

(em 1000 Meticais)

2015					
SALDOS DE CAIXA DO ANO ANTERIOR		0	**SALDOS DE CAIXA P/ O ANO SEGUINTE**		
Conta Única do Tesouro	10,634,970	0	Conta Única do Tesouro	10,827,994	
Recebedorias	6,867,213	0	Recebedorias	7,390,151	
Outras Contas do Tesouro	7,230,355	0	Outras Contas do Tesouro	11,786,828	
Outras Contas do Estado	46,789,351	0	Outras Contas do Estado	16,433,027	46,438,000
		71,521,889			
		0			

2016					
SALDOS DE CAIXA DO ANO ANTERIOR			**SALDOS DE CAIXA P/ O ANO SEGUINTE**		
Conta Única do Tesouro	10,827,994	0	Conta Única do Tesouro	11,238,937	
Recebedorias	7,390,151	0	Recebedorias	7,906,794	
Outras Contas do Tesouro a/	11,786,828	0	Outras Contas do Tesou	5,995,572	
Outras Contas do Estado b/	16,433,027	0	Outras Contas do Estad	48,166,036	73,307,339
		46,438,000			
		0			

2017					
SALDOS DE CAIXA DO ANO ANTERIOR			**SALDOS DE CAIXA P/ O ANO SEGUINTE**		
Conta Única do Tesouro	11,238,937	? 0	Conta Única do Tesouro	18,743,551	
Recebedorias	7,906,794	0	Recebedorias f/	29,812,538	
Outras Contas do Tesouro a/	6,029,039	33,467	Outras Contas do Tesouro	5,004,692	
Outras Contas do Estado b/, d/	7,678,518	-40,487,518	Outras Contas do Estado b	9,933,281	63,494,062
		32,853,288			

40,5 mil milhões migraram em 2016.
O ano 2017 começa com menos 32,9 mil milhões.

Porquê?

Conta Geral do Estado no Ano de 2017

(Em Mil Meticais)

DÉBITO			CRÉDITO			
SALDOS DE CAIXA DO ANO ANTERIOR			**SALDOS DE CAIXA P/ O ANO SEGUINTE**			
Conta Única do Tesouro	11,238,937		Conta Única do Tesouro		18,743,551	
Recebedorias	7,906,794		Recebedorias **f/**		29,812,538	
Outras Contas do Tesouro **a/**	6,029,039		Outras Contas do Tesouro a/		5,004,692	
Outras Contas do Estado **b/, d/**	7,678,518	**32,853,288**	Outras Contas do Estado **b/,** e/		9,933,281	**63,494,062**
RECEITAS DO ESTADO			**DESPESA DE FUNCIONAMENTO**			**148,724,406**
Impostos s/ o Rendimento	96,892,376					
Impostos s/ Bens e Serviços	65,851,885		**DESPESA DE INVESTIMENTO**			
Taxas	16,413,198		Financiamento Interno		23,073,622	
Outros Impostos Nacionais	7,340,992		Donativos Externos	17,279,175		
Outras Receitas Correntes	22,492,719		Financiamento Externo	14,018,308	31,297,482	**54,371,104**
Receitas de Capital	4,231,729	**213,222,899**				
RECURSOS EXTERNOS			Operações Activas			
Donativos			Capital Social de Empresas	234,759		
Para Projectos e Acordos de Retrocessão	16,282,108		Acordos de Retrocessão	25,116,218		
Contravalores Não Consignados	20,038	**16,302,146**	Outras	973	25,351,950	
Empréstimos			Operações Passivas			
Para Projectos e Acordos de Retrocessão	42,877,065		Amortização da Dívida Externa	10,857,645		
Contravalores Não Consignados	482,749	**43,359,814**	Amortização da Dívida Interna	7,960,457	18,818,102	**44,170,052**
EMPRÉSTIMOS INTERNOS						
Obrigações do Tesouro	11,378,000		**OUTRAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO c/**			
Outros Bancos e Instituições Financeiras	9,821,732	**21,199,732**				
			Receitas (-)/ Despesas (+)			**16,178,255**
TOTAL		**326,937,879**	**TOTAL**			**326,937,879**

a/ - Contas de financiamento externo, pagamento da dívida externa, alívio da dívida, fundo de pensões e outras contas tituladas pelo Tesouro.
b/- Contas tituladas por Outras Instituições do Estado.
c/- Receitas/Despesas de Outras Instituições do Estado, não cobertas pelo Orçamento do Estado
d/- Saldos corrigidos após dedução de: (i) 40.39 mil milhões de Meticais de BT´s; e (ii) 13.24 mil milhões de Meticais do Sector Empresarila do Estado.
e/- O valor não inclui: (i) 101.47 mil milhões de Meticais de BT´s; e (ii) 20.52 mil milhões de Meticais do Sector Empresarial do Estado.
f/- Inclui mais valias de 20.86 mil milhões de Meticais

Fonte: *Conta Geral de Estado de 2017, Mapa I.*

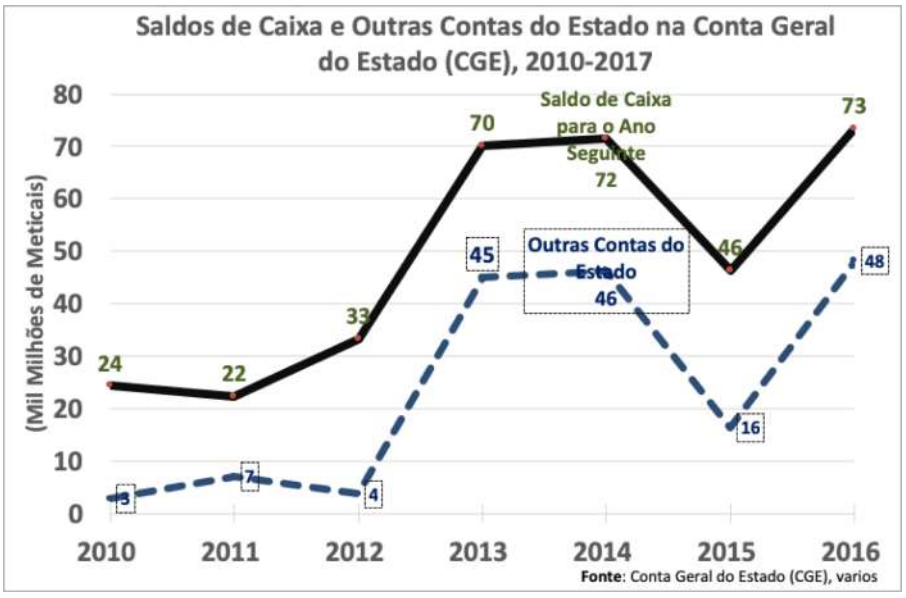
Resposta do MEF está aqui. Antes nada era explicado, mas o TA tem insistido em esclarecer e documentar.

d/- Saldos corrigidos após dedução de: (i) 40.39 mil milhões de Meticais de BT´s; e (ii) 13.24 mil milhões de Meticais do Sector Empresarial do Estado.

O que apurou a auditoria do TA?

1) **Inconsistência de 16,8 mil milhões de Meticais, entre a rubrica "Outras Instituições do Estado e o cálculo nos Anexos (p. VII-4). Sobre isto o Tribunal diz que é algo já apontado em relatórios anteriores, mas "... O Governo continua a não esclarecer a origem da mesma". O Governo responde que "está em curso... O desenvolvimento de funcionalidade no e-SISTAFE".**
2) **Sobre o dinheiro alegadamente corrigido por ser dos BT's, INSS e Sector Empresarial do Estado, o TA questiona a mudança de metodologia em relação a anos anteriores (p. VII-7) e adianta que "Não foi prestada a informação de que foram deduzidos aqueles montantes, naquela rubrica...".**
3) **Mais importante: "O Governo fez este pronunciamento, sem no entanto esclarecer o destino dados anos recursos deduzidos...", nem menciona os 13,2 mil milhões para as empresas do Estado (p. VII-7)**

Escassez de recursos orçamentais: PORQUÊ?



Média de SC (2010-17): 51 mil milhões MTs

?

Média do agregado (Educação, Saúde, Segurança Social e Agricultura e Desenvolvimento Rural) (2010-17): 59 mil milhões MTs

5. Paradoxo do Controlo e as Dívidas Fraudulentas

O que é o paradoxo do controle?

Há uma frequente transferência de gastos para fora do OE e do próprio Estado. Muito se deve à luta do Governo para fortalecer seu controlo da economia privada, do investimento e dos recursos na economia. O paradoxo é que em seu esforço para preservar, reforçar e estender o controle sobre o sector privado, o Governo cede e relaxa seu controle sobre o próprio sector público, nomeadamente as contas públicas.

Recorrente incumprimento e violação da lei orçamental

Quadro n.º VII.1 - Grau do Cumprimento de Recomendações

Constatações Relevantes no Relatório e Parecer de 2016 Recorrência a partir de 2014 e ponto de situação em 2017				
Descrição das Constatações	**2014**	**2015**	**2016**	**Ponto de Situação 2017**
Não foi possível apurar o saldo da CUT em Meticais, por falta de disponibilização da informação, o que não permitiu a emissão da opinião, quanto à fiabilidade do saldo desta conta, constante do Mapa I.	Ocorreu	Ocorreu	Ocorreu	Ocorre
Falta de observância do dever de devolução de saldos de adiantamento de fundos à CUT, conforme as Circulares de Encerramento do Exercício emanadas anualmente pelo Ministro das Finanças.	Ocorreu	Ocorreu	Ocorreu	Ocorre
Parte significativa dos saldos de caixa permanece nas Outras Contas do Estado e nas Recebedorias, ao envés da CUT, preterindo-se o princípio da unidade de tesouraria, estabelecido na alínea a) do número 1 do artigo 54 da Lei n.º 9/2002, de 12 de Fevereiro, segundo a qual todos os recursos públicos devem ser centralizados com vista a uma maior capacidade de gestão, dentro dos princípios de eficácia, eficiência e economicidade.	Ocorreu	Ocorreu	Ocorreu	Ocorre
Há inconsistência entre o valor apresentado no Mapa I da CGE de 2017, na rubrica "Outras Instituições do Estado" e o calculado com base nos Anexos Informativos 1, 2 e 3.	Ocorreu	Ocorreu	Ocorreu	Ocorre

Fonte:Relatórios e Pareceres das CGE´s de 2014 a 2016

TA diz que existe "...urgente necessidade de tomada de medidas concretas de controlo interno

Neste contexto, que tipo e que espaço há para Consolidação Fiscal efectiva?

Transparência na gestão da coisa pública: Governo dá a mão à palmatória

Maleiane esclarece "zonas de penumbra" sobre saldos orçamentais

Para o FMI voltar?

29

6. Conclusão

- A desorçamentação funciona como espécie de incubadora de DIVIDAS TRANSPARENTES, OCULTAS e eventualmente FRAUDULENTAS. Funciona também como CARTÃO DE CRÉDITO "GOLD" para drenar recursos para empresas públicas falidas e entidades não declaradas. Mina, viola e fragiliza a legislação orçamental, ao ponto de causar enorme instabilidade nas contas públicas e na macroeconomia, como aconteceu com as dívidas "Chang e Cia".
- Considerando a forma como o escândalo das chamadas "dívidas ocultas" tem sido gerido pelas autoridades públicas, e olhando para a perspectiva de consolidação fiscal em curso, incluindo a negação e desvalorização da desorçamentação, nada garante que assim que uma nova oportunidade surja, algo similar ou pior volte a acontecer.
- Respondendo à pergunta inicial: "Porque as DÍVIDAS OCULTAS foram o melhor trambolhão que podia ter acontecido a Moçambique?". À medida que a natureza fraudulenta das Dívidas Ocultas é comprovado fica muito mais claro que parte significativa das acções intervencionistas estatais visa contribuir para o abastardamento em vez do crescimento económico; ou seja, visa gerar degenerescência e perversão, porque a alocação política e burocrática dos recursos assenta na adulteração e degradação das instituições , no envenenamento e corrosão das regras de mercado e da estratégia de desenvolvimento nacional. Por isso, o título do artigo no Desafios 2018 indica a desorçamentação com um TESTE À VONTADE DE CONSOLIDAÇÃO FISCAL E ORÇAMENTAL EM MOÇAMBIQUE.

28/02/2019

30

7. Referências seleccionadas

Ao longo da apresentação apelou-se aos participantes, sobretudo estudantes interessados em pesquisa, que consultem os dados orçamentais nos respectivos sites:

1. Francisco A. 2019. Quatro Anos de Governação Nyusi: Entre Crescimento e Abastardamento. IDeIAS Boletim Nº 109, 18 de Janeiro. www.iese.ac.mz .
2. Francisco & Semedo. 2018. "Teste à Vontade de Consolidação Fiscal e Orçamental em Moçambique: o Problema da Desorçamentação", Desafio para Moçambique 2018, p. 165- 203. www.iese.ac.mz .
3. MEF, 2018. Conta Geral do Estado 2017. Ministério de Economia e Finanças (MEF), Maputo. http://www.mef.gov.mz/.
4. TA, 2018. Relatório e Parecer sobre a Conta Geral do Estado (CGE) de 2017. Tribunal Administrativo (TA), Maputo. http://www.ta.gov.mz/Pages/RelatoriosPareceresCGE.aspx

8. Debate: Principais questões

Principais questões levantadas pelos participantes no debate:

1. Sobre a carga salarial acima da média africana. Até onde o Estado espera manter essa carga e porque não a reduz?
2. A que se deve a elevada carga salarial pública? É porque tem muitos funcionários a receberem pouco, ou porque poucos recebem muito? Como é que isto se repercute na economia nacional?
3. Parece que o Estado tem seguido um "maquievelismo orçamental". Haverá alguém capaz de forçar uma reforma efectiva desta situação?
4. Como tornar o acesso aos relatórios e pareceres do TA, destacados na apresentação, e como garantir que as suas recomendações sejam respeitadas e implementadas pelas autoridades infractoras? Porque é que o TA não exige mais responsabilização?
5. Pelo que parece a desorçamentação está convertida num "sistema autoritário degenerativo". Até onde o TA irá continuar a ser desautorizado e ignorado pelo Executivo? Não será que só quando existir uma separação efectiva dos poderes o Executivo será melhor responsabilizado?
6. O Professor disse que pouco está sendo feito para prevenir que o problema das dívidas ocultas volte a acontece, no futuro, sobretudo quando tivermos os dividendos da exploração do gás. Como evitar que um outro escândalo de endividamento surja, um escândalo igual ou pior, com disse na apresentação?